

REDAÇÃO DO JORNAL

10 ABR 1986

ANC - COMISSÃO

10 ABR 1986 *Profissão* **Outros jornalistas apoiam o fim da exigência de diploma**

Da Reportagem Local

O jornalista Paulo Patarra, 52, editor do programa "Globo Rural", da Rede Globo, disse ontem em São Paulo, pelo telefone, que é inteiramente a favor do fim da obrigatoriedade de diploma específico para exercício da profissão de jornalista, conforme proposta do comitê sobre direitos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Segundo Patarra, "o jornalismo é uma técnica simples que qualquer pessoa pode aprender dentro de uma redação". Para ele, "não há nenhuma relação entre o fim dessa exigência e a possibilidade de categoria dos jornalistas vir a perder suas conquistas sindicais".

O jornalista Luiz Alberto Bahia, 63, membro do Conselho Editorial da

Folha, pensa de forma semelhante. Segundo ele, "a força de uma categoria não depende dos títulos acadêmicos que ela tenha, mas unicamente de seu grau de organização". Para Bahia, a exigência do diploma "inibe o surgimento de talentos com verdadeira vocação jornalística". Ele acha que as escolas de jornalismo devem continuar existindo, pois "um profissional com diploma nas mãos terá um elemento favorável em seu currículo."

Em reunião realizada ontem, mais de duzentos alunos e professores do curso de Jornalismo da Universidade de Bauru, a 337 km a noroeste de São Paulo, decidiram formar comissões para elaborar documentos em todas as universidades e sindicatos de jornalistas do país, em protesto contra a extinção da obrigatoriedade do diploma.

Sindicato acusa Comissão de 'contrabando'

Da Redação da Folha

Em carta aprovada anteontem à noite durante assembleia da categoria, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo acusa a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais de "pretender contrabandar para seu anteprojeto de Constituição uma posição que interesse fundamentalmente aos detentores do monopólio da informação no Brasil — e não é por outro motivo que o contrabando vem sendo tão festejado pela grande imprensa". A acusação refere-se à aprovação, pelo comitê temático sobre direitos da Comissão Constitucional, da proposta de que não seja obrigatório o diploma universitário específico para o exercício da profissão de jornalista.

A carta está sendo encaminhada

aos integrantes da comissão e a diversas entidades da sociedade civil. "Ao reiterar sua posição oficial sobre a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão" — diz a carta —, "o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo não pretende cercear a reabertura do debate sobre a questão", mas se julga "no dever de condenar qualquer pretensão de solucioná-la pela via constitucional".

A assembleia reuniu, entre 21h e 23h30, cerca de 60 jornalistas na sede do sindicato, à rua Rego Freitas, 530 (centro de São Paulo), para debater a posição que os cinco delegados paulistas levarão ao Encontro Nacional dos Jornalistas — marcado para os dias 17 a 21 de abril, em Brasília —, cujo tema é "A Comunicação na Constituinte".